
A cobertura jornalística da gripe A: informação e/ou alarmismo?

The swine flu news coverage: information and/or alarmism?

Liliana da Silva Henriques



Edição electrónica

URL: <http://journals.openedition.org/cp/226>

DOI: 10.4000/cp.226

ISSN: 2183-2269

Editora

Escola Superior de Comunicação Social

Edição impressa

Data de publicação: 30 Novembro 2011

Paginação: 45-71

ISSN: 16461479

Refêrencia eletrónica

Liliana da Silva Henriques, « A cobertura jornalística da gripe A: informação e/ou alarmismo? », *Comunicação Pública* [Online], Especial 01E | 2011, posto online no dia 20 novembro 2013, consultado o 02 maio 2019. URL : <http://journals.openedition.org/cp/226> ; DOI : 10.4000/cp.226



Comunicação Pública Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

A COBERTURA JORNALÍSTICA DA GRIPE A: INFORMAÇÃO E/OU ALARMISMO?¹

Liliana da Silva Henriques

henriques_liliana@hotmail.com

Resumo: A forma como os *media* organizam o discurso é crucial para a maneira como o público reage aos temas do quotidiano, sobretudo, numa sociedade onde o tempo e a distância tendem a diluir-se cada vez mais. Neste sentido, o presente artigo visa compreender como foi levada a cabo a cobertura jornalística de um tema de saúde, concretamente o caso da gripe A, na imprensa portuguesa, nos jornais *Público* e *Correio da Manhã*. Assim, foram estudados os artigos relativos ao vírus H1N1 desde 25 de Abril de 2009 a 28 de Fevereiro de 2010, através de uma metodologia mista, envolvendo análises quantitativas e qualitativas. Os resultados deste estudo apontam para uma cobertura noticiosa maioritariamente sensacionalista e alarmista, assente numa espécie de guerra entre os jornais, que procuravam cativar o maior número de leitores possível.

Palavras-chave: Discurso, Manipulação Mediática, Gripe A, Sensacionalismo, Alarmismo.

THE SWINE FLU NEWS COVERAGE: INFORMATION AND/OR ALARMISM?

Abstract: Media discourse is crucial to the way the public reacts to daily issues, especially in a society where time and distance tend to become more and more blurred. Hence, this study aims to understand the way the Portuguese newspapers, *Correio da Manhã* and *Público*, portrayed the threat of the swine flu pandemic. Thus, we studied the articles regarding the H1N1 virus from 25 April 2009 until 28 February 2010, using a methodology that involves quantitative and qualitative analyses. The results of this study point to a mostly sensational and alarmist news coverage, based on a war between newspapers, which sought to attract as many readers as possible.

Keywords: Discourse, Media manipulation, Swine flu, Sensationalism, Alarmism.

¹ Este artigo é um sumário do trabalho de dissertação desenvolvido no Mestrado em Jornalismo, defendido em provas públicas no dia 12 de Janeiro de 2011.

1. INTRODUÇÃO

Numa era de informação e contra-informação, a saúde tem ganho uma importância crescente ao nível dos meios de comunicação social. Porém, as especificidades inerentes a este tema trazem consigo inúmeros problemas. Assim, os jornalistas deparam, entre outras dificuldades, com a dúvida da determinação e separação de informações correctas das puramente falsas ou adulteradas, a que há a crescer a necessidade imperiosa de compreensão do assunto em questão por parte dos seus presumíveis receptores. Em relação a estes últimos, ou seja, ao público, Maria do Rosário Dias diz-nos o seguinte:

“[este] vive num relativo «obscurantismo do saber» e assume uma relação passiva com a erupção do conhecimento e com as galopantes possibilidades do desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Emerge, então, como necessária, a figura de um mediador de concertação pública entre a ciência e a sociedade, para, assim, pôr ao serviço da maioria leiga os avanços do conhecimento da minoria-cientificada” (2005, p. 19).

Logo, os receptores estão bastante dependentes do que lhes é transmitido pelos *media*, daí que os jornalistas tenham uma importância extrema no que diz respeito à forma como o público interioriza e desenvolve conhecimentos ao nível da saúde. Pode mesmo afirmar-se que, muitas vezes, são os meios de comunicação os responsáveis pela criação de uma população informada e consciente dos perigos que a rodeiam ou pelo surgimento de uma sociedade atemorizada, amedrontada, alarmada e histérica ao menor sinal de perigo.

Podemos, então, concluir que o discurso e a forma como este é organizado pelos jornalistas é crucial para a maneira como o público reage aos temas. Por conseguinte, e para melhor compreendermos o papel desempenhado pelos *media* na transmissão de informações de saúde, o propósito do presente artigo é perceber como foi levada a cabo a cobertura jornalística da gripe A na imprensa portuguesa, nomeadamente nos jornais *Público* e *Correio da Manhã*. O seu principal objectivo é o de analisar o processo de codificação da mensagem noticiosa, ou seja, compreender quais os enquadramentos mais frequentemente adoptados pelos jornalistas para relatar o que estava a acontecer no país e no mundo, já que são estes que ajudam o receptor da mensagem noticiosa a estruturar a visão a partir da qual interpretará um determinado acontecimento (Gonçalves, 2005; Serrano, 2006; Carvalho, 2000).

2. METODOLOGIA

Numa sociedade ainda amplamente marcada, aos níveis ideológico e emocional, pela gripe espanhola e pela gripe das aves, o vírus H1N1 surgiu

como um verdadeiro flagelo. Representante do desconhecido e do que deve ser temido, devido à rápida proliferação que demonstrava ser capaz de ter e às mortes a que a ele foram atribuídas, este vírus transformou-se na notícia privilegiada pelos meios de comunicação social durante meses. De facto, o conteúdo por eles veiculado foi fundamental para a formação das consciências sociais acerca do assunto, já que os *media* inundaram a sociedade de informações acerca do evoluir da situação dia após dia. É por este motivo que se torna imperativo compreender, analisar e discutir a forma como foi realizada a cobertura jornalística do vírus H1N1.

Desta forma, nesta investigação foram analisados todos os conteúdos noticiosos presentes nos jornais *Correio da Manhã* e *Público* referentes à temática da gripe A, durante um período de 11 meses, ou seja, desde 25 de Abril de 2009, o início da cobertura noticiosa, até ao dia 28 de Fevereiro de 2010, altura em que o interesse mediático pelo assunto quase desaparece. Concretizando, foram analisadas 310 edições de cada periódico, o que fez um total de 620 jornais em estudo. Quanto à escolha dos dois jornais referidos, esta deveu-se ao carácter editorial distinto de ambos e às diferenças existentes ao nível da circulação total, segundo dados da Associação Portuguesa para o Controlo e Tiragem de Circulação².

A metodologia utilizada envolveu análises de carácter quantitativo e qualitativo. Quanto à primeira, esta foi conduzida mediante uma técnica de análise de conteúdo. Com esta pretendeu verificar-se a frequência com que determinadas expressões, imagens, construções frásicas, entre outros aspectos considerados relevantes, ocorreram nos textos noticiosos, ou seja, analisar a disposição dos diversos elementos nos textos, para que, por fim, se pudesse concluir acerca do objectivo da sua ocorrência. Contudo, este método possui inúmeras falhas, como, por exemplo, a sua incapacidade de ter em consideração outros elementos de carácter discursivo e extra-discursivo, tais como: “social situatedness, tone, style, and other affective qualities” (Zelizer, 2004, p. 116). Daí que tenhamos decidido utilizar também como método de estudo a análise crítica do discurso³, uma metodologia de tipo qualitativa.

Na ACD o estudo centra-se no(s) sentido(s) que o texto possui, tendo em consideração a linguagem utilizada, a ideologia transmitida e o contexto histórico em que se insere, pois um texto nunca é uma construção individual,

² Cf. Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação. Disponível em <http://www.apct.pt/homepage_00.aspx?indice=1> [Consult. 1 Fevereiro 2010].

³ Em futuras alusões, referir-nos-emos à análise crítica do discurso de forma abreviada: ACD.

sendo sempre influenciado pela visão pessoal de quem o escreve, visão essa, por sua vez, plasmada pelo contexto social e cultural em que o indivíduo, produtor da mensagem, se insere. Assim, na ACD o discurso é tido como “an institutionalized way of talking that regulates and reinforces action and thereby exerts power” (Link *apud* Jäger & Maier, 2009, p. 35), logo ele tem a capacidade de levar a que as pessoas se comportem de uma determinada forma e/ou pensem de uma dada maneira. Assim, a ACD centra-se na tentativa de compreensão da mudança social causada pelo uso ideológico da linguagem. Ela é muito utilizada ao nível do discurso jornalístico, na medida em que os *media* são tidos como uma grande fonte de poder capaz de transmitir e implementar ideologias na sociedade.

Por conseguinte, tendo como base a ACD, na presente investigação foram analisados os seguintes aspectos nos dois jornais em estudo:

- Organização estrutural e aspecto da página, secção onde se encontrava o artigo em análise, seu tamanho, presença ou ausência de elementos visuais como fotografias, infografias, entre outros elementos;
- Enquadramento noticioso predominante, por forma a entendermos a perspectiva dominante através da qual foi retratada a gripe A;
- Tematização, em que se procedeu a um levantamento dos temas e subtemas mais frequentes na cobertura jornalística da gripe A;
- Agentes ou actores sociais retratados pelos jornalistas, pretendendo-se determinar se o jornal adoptou uma posição alarmista, retratando, sobretudo, casos de pessoas anónimas portadoras do vírus, ou se optou por uma visão mais institucional, fazendo referência, na maioria dos casos, a entidades estatais com funções de limitar a propagação da doença e de diminuir a inquietação social;
- Textura lexical e gramatical, no sentido de averiguar o uso de determinados objectivos ilocutórios e estratégias narrativas.

Apenas a partir da análise de todos estes elementos, ao nível das notícias presentes no *Público* e no *Correio da Manhã*, poderemos ser capazes de determinar quais as ideologias mais frequentemente presentes em cada um dos diários, de maneira a podermos posteriormente caracterizar esta cobertura jornalística.

3. ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS JORNAIS *CORREIO DA MANHÃ* E *PÚBLICO*: INFORMAÇÃO E/OU ALARMISMO?

3.1. ANÁLISE QUANTITATIVA DA COBERTURA NOTICIOSA DA GRIPE A

A questão fundamental de partida poderá ser formulada do seguinte modo: a cobertura jornalística da gripe A foi fundamentalmente informação, alarmismo ou ambos? Os resultados por nós obtidos apontam para uma cobertura jornalística maioritariamente sensacionalista e alarmista. Para comprovarmos esta situação, observemos desde já o seguinte quadro:

QUADRO 1 – Dados Quantitativos da Cobertura Noticiosa da Gripe A

	<i>Correio da Manhã</i>	<i>Público</i>
Primeiras Páginas	113	63
Conteúdos Informativos⁴	475	373
– Breves	240	64
– Notícias	128	93
– Reportagens	92	208
– Entrevistas	15	8

Podemos então verificar a existência de uma cobertura noticiosa exaustiva e intensiva. De facto, os jornais reportaram de forma quase diária o avanço do novo vírus, publicando continuamente breves, notícias, reportagens e diversas entrevistas, preenchendo capas e últimas páginas com imagens e títulos extremamente apelativos sobre o avançar do novo vírus. Para compreendermos ainda melhor este exagero no que diz respeito à quantidade de informações veiculadas, podemos também afirmar que nas 620 edições em análise foram publicadas 813 páginas sobre a gripe A, ou seja, mais do que uma página por dia.

Se nos debruçarmos concretamente sobre a questão da publicação do assunto nas capas dos diários, podemos afirmar que esta adquire uma importância extrema, quer pela elevada presença do assunto nas mesmas (no *Correio da Manhã* adquire um peso de 18,4% e no *Público* de 10,3%), quer pelo significado que esta adquire, já que a primeira página é um dos elementos mais importantes de um diário informativo. Como nos diz Isabel Nery:

⁴ Em relação aos elementos noticiosos analisados é importante explicar que foram tidos em consideração quatro géneros informativos fundamentais: as breves, as notícias, as reportagens e as entrevistas. De maneira a contabilizar os elementos de uma forma o mais imparcial possível, consideraram-se breves todos os artigos noticiosos com menos de 30 linhas, as notícias teriam que ultrapassar este valor e não atingir as 60, reportagens seriam os artigos com maior extensão, contando com mais de 60 linhas de texto. Relativamente às entrevistas, as que apresentaram um máximo de quatro questões foram consideradas de menor extensão, as que ultrapassaram esse número foram tidas como entrevistas de grande extensão.

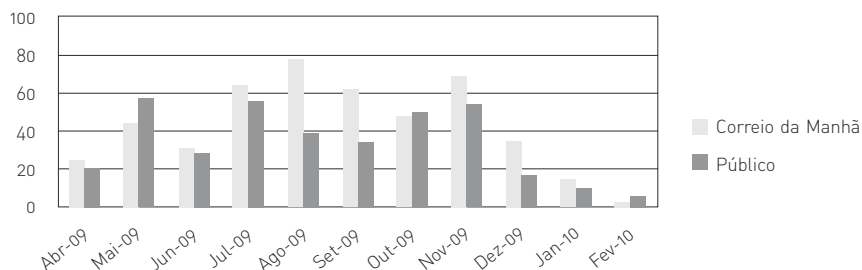
“é na capa que encontramos a selecção máxima e as maiores apostas de um periódico. [...] Embora cada jornal atribua pesos diferentes às suas primeiras páginas, nenhuma publicação descarta esse destaque. Bem pelo contrário, é na primeira página que deve estar o melhor do jornal, seja pelo tema, pelo tratamento ou por ambos. A primeira página é, aliás, o espelho, a mostra da publicação.” (*apud* Santos, [s/d], p. 1235)

De referir também que se considerarmos apenas as capas em que o tema foi o assunto principal ou o segundo tema que maior destaque adquiriu, verificamos que no *Correio da Manhã* temos 22 primeiras páginas que satisfazem este critério e no *Público* 23, ou seja, este último jornal, apesar de ter exibido menos vezes o tema do vírus H1N1, quando o fez, deu-lhe maior destaque do que o primeiro diário referido.

Quanto aos conteúdos informativos veiculados pelos jornais relativos ao tema da gripe A, temos que em primeiro lugar referir que a grande divergência numérica verificada se deve ao facto de cada um dos jornais organizar as suas páginas de uma forma completamente distinta. No *Correio da Manhã* os conteúdos informativos encontram-se divididos por vários géneros, compondendo páginas desordenadas, mas que possibilitam uma leitura rápida e fácil sobre o que mais interessa ao leitor, já no *Público* as páginas apresentam-se mais organizadas, com conteúdos mais desenvolvidos, mas que exigem um maior tempo disponível para a leitura dos mesmos. No entanto, o que interessa realmente evidenciar é que o número de artigos noticiosos, tanto num caso como no outro, é muito elevado. Referimo-nos concretamente a 475 no *Correio da Manhã* e 373 no *Público*, o que revela a importância concedida ao tema. Refira-se ainda que não foram englobados nesta contagem alguns outros elementos presentes nas páginas dos diários. Estes correspondem a diversas informações, desde formas de protecção disponibilizadas ao leitor, numerosas breves compostas por um simples parágrafo, exposições do número de infectados e mortos que obtiveram grande destaque nas páginas, depoimentos que pretendiam comparar este vírus ao da gripe sazonal, entre outras situações verificadas.

Para termos uma noção mais clara da forma como foi conduzida esta cobertura noticiosa, apresentamos agora uma figura referente aos conteúdos informativos publicados ao longo dos meses sobre os quais se debruça esta investigação.

FIGURA 1 – Conteúdos Informativos Publicados de Abril de 2009 a Fevereiro de 2010



O gráfico revela-nos uma atenção contínua dos jornalistas ao evoluir da situação. Confirmamos um crescer contínuo do número de conteúdos noticiosos ao longo dos meses, apesar de, por vezes, este crescimento sofrer algumas quedas que rapidamente são ultrapassadas pelo aumento renovado do interesse nos meses seguintes. Podemos ainda observar que o período de Julho a Novembro foi privilegiado pelos jornalistas no que diz respeito à publicação de informações sobre a temática em análise. Este momento corresponde à chegada de milhares de emigrantes a Portugal, ao início do ano escolar, crescimento do número de infectados no nosso País e ocorrência das primeiras mortes. Logo, numa época que poderia ser já de algum nervosismo social, os *media* reforçaram esta ideia, transmitindo ininterruptamente informações acerca do evoluir da situação, contribuindo, desta forma, para o avolumar do medo potencialmente sentido pela população em geral.

Em contrapartida, a partir de Dezembro a cobertura noticiosa começa a decair drasticamente, sendo que em Fevereiro o *Correio da Manhã* já só apresenta três artigos e o *Público*, seis. Este desinteresse crescente verifica-se com a entrada em vigor do Inverno e com a tomada de consciência de que o vírus não estaria a provocar o número de infectados e de mortes expectável. Ou seja, os *media* aperceberam-se da perda do valor-notícia deste assunto, na medida em que o medo que alimentava a compra de jornais para uma contínua informação sobre a evolução da gripe A tinha desaparecido em conjunto com a possibilidade de ocorrência de uma verdadeira catástrofe ou epidemia gripal.

3.2. ANÁLISE QUALITATIVA: A CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DA AMEAÇA DA GRIPE A

Ao longo da cobertura noticiosa foram três os temas mais frequentemente tratados pelos jornais: a infecção e a morte, a prevenção e ainda a actuação da Organização Mundial de Saúde (OMS). Assim, os diários foram-nos dando a

conhecer, dia após dia, dados sobre o avanço desta epidemia gripal, remetendo-nos para o número crescente de afectados pelo novo vírus e para as mortes entretanto ocorridas, relatando-nos constantemente o perigo iminente a que estávamos sujeitos. Porém, nunca foram esquecidas as medidas preventivas a serem tomadas por sujeitos individuais ou pelos governos de todo o mundo. Esta atitude, por um lado, poderia ser tida como positiva e até bastante importante para os receptores, já que os *media* se estariam assim a assumir como veículos de promoção de um conjunto de atitudes e comportamentos com vista a diminuir a possibilidade de infecção individual e de propagação da doença. Por outro lado, a referência desmedida a este tema e a enumeração constante das medidas preventivas adoptadas pelas entidades governamentais acabaram por transmitir a ideia da existência de um clima de tensão e receio existentes nos mais diversos círculos. Quanto ao último tema referido, o da actuação da OMS, este apenas surge no final da cobertura noticiosa. Os jornalistas, ao observarem o pouco impacto que o vírus estava a ter na sociedade a nível mundial (quando comparado com o especulado), para além de começarem a publicar menos notícias acerca do assunto (como se pode ver na *Figura 1*), deixavam transparecer quase uma atitude de crítica face à actuação da OMS. Assim, ao longo dos artigos noticiosos deparamos com uma polifonia de vozes (heteroglossia⁵), que se ergue para discutir a maneira como actuou este organismo de saúde. Há nelas a destacar três actores sociais com funções muito específicas: os médicos e especialistas de saúde que defendem a actuação da OMS; os médicos e especialistas de saúde que criticam a actuação da OMS; os jornalistas que desempenham o papel de adjuvantes dos que atacam as acções da OMS. Neste sentido, publicam artigos nos quais se contrapõem continuamente os dois pontos de vista atrás referidos e que, por isso, ajudam na criação de um sentimento de incerteza no público quanto à validade da actuação da Organização Mundial de Saúde, funcionando, de certa forma, como agentes que descredibilizaram a actuação da OMS.

Todos os temas atrás descritos foram explorados segundo um enquadramento catastrofista. Isto significa, por outras palavras, que os jornalistas representaram sistematicamente o mundo como um local ameaçado por um vírus extremamente perigoso, ou seja, reportaram constantemente as ideias de desastre iminente e de colapso da sociedade. Estas foram traduzidas

⁵ Segundo Mikhail Bakhtin, o conceito de heteroglossia diz respeito à multiplicidade de vozes sociais que se fazem ouvir relativamente a um determinado tema específico e que se inter-relacionam, muitas vezes, de forma antagónica. Cf. Morris (2009).

frequentemente através da utilização sistemática de expressões numéricas, modalização hipotética e do recurso à analepse e à prolepse.

Enquadramento Catastrófico

Os jornais adoptaram desde cedo um estilo melodramático e alarmista, falando da existência de uma “preocupação de ‘nível mundial’” (Gripe suína no México torna-se preocupação de ‘nível mundial’. *Público*, 26 Abril 2009, Capa) e da “hipótese de epidemia” iminente (Médicos em alerta contra gripe suína. *Correio da Manhã*, 26 Abril 2009, Capa), dando-se, assim, início à criação de um tenebroso problema de saúde mundial, pois tal como Henry Beecher afirma: “Ignorance is the womb of monsters” (*apud* Bartholomew & Evans, 2004, p. 72). Na verdade, e como nos diz Filipe Pena, “o homem tem medo do desconhecido e luta desesperadamente contra ele” (2005, p. 22). Todavia, a necessidade de obter este saber “esconde a verdadeira obsessão do homem: dominar o caos, ou em outras palavras, ter previsões seguras que evitam a queda no abismo, ou seja, no desconhecido” (Pena, 2005, p. 22). O jornalismo apresenta-se, muitas vezes, como uma forma privilegiada de dominação deste desconhecimento, constituindo-se como uma fonte de segurança para o homem. Logo, a gestão que cada jornalista faz dos temas é crucial, pois nas suas mãos está o poder de acalmar os espíritos dos públicos, ou de intensificar sentimentos de catastrofismo. Neste caso específico, as contínuas notícias sobre o tema não aumentaram o conhecimento do ser humano sobre a gripe A, mas criaram em torno do mesmo um aveludar de questões que transformaram este vírus numa verdadeira ameaça para todos.

Assim, o vírus H1N1 foi desde o início da cobertura mediática retratado, em ambos os jornais, como uma verdadeira incógnita e a descoberta da sua origem tida como “uma espécie de trabalho de detective” (Detectives. Especialistas do CDC já estão no campo. *Público*, 27 Abril 2009, p. 2). Desta forma, vimos multiplicarem-se continuamente nas páginas dos jornais frases de carácter especulativo que nos davam conta desta ausência de conhecimento, como as que em seguida apresentamos: “Um outro vírus da gripe poderá estar envolvido na actual epidemia” (*Público*, 7 Maio 2009, p. 2); “Eventual erro humano no vírus H1N1” (*Correio da Manhã*, 14 Maio 2009, p. 18), sendo estas apenas ínfimos exemplos desta realidade. Contudo, os jornais, sobretudo, o *Público*, numa tentativa de superação deste clima, ou seja, numa tentativa de criação de uma maior segurança quanto à informação existente acerca dos potenciais efeitos a serem causados por este vírus, transformaram-se num veículo de regresso ao passado. Não nos esque-

çamos de que as notícias são basicamente acerca do(s) momento(s) presente(s), daquilo que se viu, ouviu ou se presenciou nas últimas horas, e não acerca do que é antigo. Neste caso, porém, a atenção dedicada ao passado histórico sobrepôs-se ao imediatismo do presente. Deste modo, mediante o uso de analepses, os jornalistas conseguiram estabelecer comparações entre situações gripais ocorridas em anos anteriores e alertar para o resultado de pandemias dos séculos passados. Os leitores foram transportados até realidades mais ou menos distantes, sendo-lhes avivadas distintas memórias de tragédias anteriormente sucedidas⁶. Como Carlos Reis e Ana Lopes nos dizem (1991, pp. 26-28), as analepses têm a capacidade de activar a memória do leitor, despertando-lhe um conjunto de sentimentos e emoções que podem ser mais ou menos agressivos.

O jornal *Público* conduziu-nos ainda ao reino da possibilidade futura, ou seja, apostou não só em analepses, mas também em prolepses. Estas possibilitam uma antecipação de cenários, uma descrição do possível futuro que se avizinha. Observemos então o seguinte artigo: “E se o novo tipo de vírus da gripe H1N1 se recombinasse com o da gripe das aves?” (19 Maio 2009, p. 12). A esta hipótese ligam-se cenários catastróficos, de uma imensa mortandade, pois “se os genes das duas estirpes do vírus da gripe (a nova H1N1 e o H5N1 altamente patogénico) se recombinarem, poderá surgir uma doença pesadela: uma gripe muito mortal, que se transmite com facilidade” (19 Maio 2009, p. 12). O que podemos concluir? Olhando para o passado ou para o futuro, o que podia ser vislumbrado era um panorama incerto, pautado por inúmeros óbitos e uma intensa agitação social.

Todavia, se, por um lado, existiam poucas certezas quanto à proveniência desta estirpe e quanto à razão de ela estar a afectar humanos, por outro, certezas não faltavam quanto ao carácter perigoso da mesma. Assim, ela foi frequentemente adjectivada como “altamente contagiosa”, “mortífera”, “letal” e “traíçoeira”. Paralelamente a esta situação, assistimos a uma configuração metafórica do discurso. Por outras palavras, foram atribuídas qualidades humanas a esta estirpe, como a capacidade de não mostrar concretamente quem é na realidade, sentimentos como o de gostar de um determinado elemento (neste caso o frio), ou mesmo a habilidade de viajar como os humanos (de avião, carro, barco). O uso de atributos que apontam no sentido de uma possível personificação, ao conceder determinadas características humanas, pode significar que esta estirpe é, de facto, não só muito perigosa, mas tam-

⁶ Cf., entre outros exemplos: O que (não) se sabe sobre o novo vírus A gripe mexicana, a nova doença que viaja de avião. *Público*, 28 Abril, 2009, p. 3; Potencial comparável ao da gripe asiática. *Público*, 12 Maio 2009, p. 8.

bém maléfica, pois as suas acções parecem quase conscientes. A juntar a estes elementos, verificou-se também uma predominância de títulos transitivos⁷, capazes de transformar o vírus H1N1 num agente funesto, pois a ele surgiu, predominantemente, associada a noção de morte. Assim, observamos que foi continuamente estabelecida uma relação de causa-efeito imediata entre um agente (gripe A) e a sua consequência (morte), contribuindo esta situação para o adensar de um clima de dramatismo e catástrofe iminente.

Dir-se-ia que foi criada, em termos metafóricos, uma sensação de luta algo titânica entre dois seres: o vírus H1N1, dotado de um conjunto de características e capacidades que faziam dele uma criatura temível e altamente ameaçadora e o comum humano, ser frágil e mortal que não conhecia sequer qual a “arma” mais adequada a usar para vencer este gigante. A humanidade parecia, portanto, condenada a uma luta inglória em que a derrota parecia mais do que certa. Foram repetidas inúmeras expressões que revelavam este clima de guerra: “batalha”, “combate”, “ataque”, “enfrentar”, os medicamentos e as vacinas eram tidas como “armas” de luta. Desta forma, o que existiu foi uma dramatização acentuada nas notícias, veiculada, precisamente, pela narrativização desta luta, entre o alastrar veloz do vírus e a falta de resposta célere por parte da ciência para o conter.

Outro exemplo desta batalha anunciada entre a gripe A e os humanos é a próxima imagem que se segue, presente na edição de 15 de Maio de 2009 do *Correio da Manhã*:

FOTOGRAFIA 1 – A Luta entre o Homem e o Vírus H1N1



⁷ Um enunciado transitivo pressupõe a existência de um agente que afecta, de algum modo, um determinado objecto ou pessoa. Cf. Richardson (2007).

Podemos facilmente compreender que o sentido desta imagem se encontra ligado ao de uma guerra. A dimensão conotativa da linguagem sobrepõe-se à sua dimensão denotativa, na medida em que nela podemos ver reflectidos vários elementos da Polícia devidamente fardados e protegidos com máscara e capacete, como que preparados para uma guerra que se avizinha. A legenda, “O mundo está a preparar-se para uma pandemia”, vem reforçar esta ideia.

Para acentuar ainda mais este clima de tragédia prestes a ocorrer, os jornais utilizaram também um conjunto de imagens representativas do nosso “adversário”. No entanto, é o *Público* quem mais intensifica esta situação, apresentando onze fotografias do mesmo (o *Correio da Manhã* ostenta apenas uma), sendo que no dia 28 de Abril exhibe mesmo uma imagem que ocupa quase a totalidade da primeira página (*Fotografia 2*).

FOTOGRAFIA 2 – Capa do *Público* a 28 Abril 2010



Estamos, pois, perante uma visão microscópica ampliada do vírus H1N1. O impacto de um elemento visual como este remete-nos para o que Julia Kristeva denominou como objecto. Para esta autora, algo é considerado objecto quando faz com que a ordem do simbólico⁸ que nos rodeia perca todo o seu significado, provocando consequentemente reacções negativas no ser humano. Por outras palavras, a presença do “objecto” destrói a nossa identidade, o sentido que conferimos ao mundo, estando frequentemente associada

⁸ A ordem do simbólico, em terminologia lacianiana, corresponde à ordem ideológica em que todos nós nos inserimos, estando intimamente ligada ao reino da linguagem e do simbólico. Cf. Bowie (1993).

aos sentimentos de medo e pânico social. Desta forma, a utilização de uma imagem visual do vírus poderá ter a capacidade de suscitar um conjunto de emoções esmagadoras no ser humano, pois é aquele ser inominável, o que nas fotografias é exibido, de que todos temos medo, é ele quem nós tememos, daí que a sua representação possa facilmente ser tida como um elemento altamente alarmista e criador de histerismo social.

Por outro lado, a retórica factual do discurso jornalístico, geralmente, orienta-se para dar resposta às questões: quem?, o quê?, quando?, onde?, como?, e não envereda por um discurso típico de uma publicação científica, como o acima apresentado, até porque o jornal *Público* não o é. Logo, este discurso pseudo-científico remete os leitores para uma realidade à qual não estão habituados, e muito menos esperam encontrar nesta publicação, desencadeando possivelmente um conjunto de sentimentos de medo e terror face à realidade apresentada.

Um outro aspecto que nos captou a atenção prende-se com a contagem do número de infectados e de mortos provocados pelo vírus H1N1. Basta-nos olhar, mesmo que superficialmente, para as páginas dos jornais para que rapidamente nos apercebamos que estas contagens se tornaram recorrentes, sendo que estes dados estatísticos estavam presentes não só nas notícias, mas também em diversas infografias, como mapas ou tabelas, que davam a conhecer dia após dia ao leitor qual a evolução do vírus H1N1 em todo o globo. Mesmo quando o assunto principal de uma notícia não era a proliferação do vírus, no final desse artigo existia sempre um parágrafo referindo dados relativos à evolução do vírus. De destacar que em todas as notícias só se fez referência ao número de infectados e de defuntos e ao aumento do número destes, não se fazendo nunca um acompanhamento dos casos que já tinham sido resolvidos e nos quais os pacientes já tinham voltado à sua vida normal. Se se verificasse esta situação, como aconteceu, por vezes, na televisão, talvez números como “mais de 12 000” infectados em todo o mundo não causassem tamanho impacto na opinião pública. Logo, muitos dos números apresentados carecem de uma contextualização, o que nos remete para o peso do não dito.

Na verdade, os números são extremamente importantes na narrativa jornalística, uma vez que eles dotam o discurso de um realismo aparentemente incontestável, funcionando como garante da credibilidade da informação. Desde modo, dir-se-ia que na situação concreta em análise, a retórica da factualidade jornalística recorreu aos números como forma de “objectivar” a situação vivida através de uma quantificação contínua, o que pode ter poten-

ciado um intensificar do medo sentido, sobretudo devido ao tipo de modalização empregue. Confirmámos através da análise do discurso presente nos jornais que a referência constante ao número de infectados foi acompanhada de expressões como: “cerca de”, “suspeita-se”, “pelo menos”, “estima-se”, entre outras, que revelam as ambiguidades inerentes aos números totais de infectados, ou seja, existiu um intercalar constante das modalidades assertiva e epistémica⁹, o que pode ter gerado no leitor um misto de sentimentos de medo e pânico, já que a primeira tem a capacidade de alarmar profundamente a população e a segunda torna os enunciados mais opacos, logo menos transparentes, adensando-se o clima de catástrofe iminente.

Aliada a esta contagem ininterrupta, pode destacar-se ainda o uso frequente de verbos que revelam o crescimento do número de infectados (“disparou”, “aumentar”, “soma”, “avança”), aos quais se juntam as sobrelexicalizações que vêm realçar a situação de perigo existente. Portanto, vemos referidas constantemente expressões como “sintomas”, “sinais de doença”, “doentes”, “infectados”, “mortes”, “espectro”, “vírus”, “estirpe”, “gripe”, entre outras. Se associarmos a este mapa de palavras o uso das metonímias, nas quais o jornalista toma a parte pelo todo (exemplo: a alusão ao número de suspeitos em diversos continentes, em vez de se expor, em concreto, quais os números relativos a cada um dos países afectados pela nova estirpe), verificamos um intensificar crescente da situação retratada e uma hiperbolização das dimensões dramáticas do acontecimento.

À lógica discursiva dos números, há também a adicionar o impacto produzido por certas expressões temporais: “149 casos de gripe A num dia” (*Correio da Manhã*, 14 Agosto 2009, p. 19), “Portugal regista 23 novos casos de gripe A num só dia” (*Público*, 1 Agosto 2009, p. 10). Na verdade, esta contabilização encontra-se de tal forma explorada que os jornais chegaram mesmo a publicar artigos sobre a inexistência de novos casos de infecção – “Portugal sem novos casos de gripe A” (*Público*, 21 Junho 2009, p. 10), “Portugal continua sem novos casos de gripe A H1N1” (*Público*, 22 Junho 2009, p. 7), “Análises negativas em dois casos suspeitos de H1N1” (*Correio da Manhã*, 22 Junho 2009, p. 18). Ou seja, publicaram-se artigos sem que existisse nada de realmente novo para contar, fizeram-se notícias sobre o que era velho, mas actual¹⁰.

⁹ O conceito de modalidade traduz a atitude que o sujeito adopta face a um determinado enunciado. Antoine Culioli definiu a existência de quatro: a modalidade 1 ou assertiva (geralmente fornece uma sensação de completa certeza por parte do emissor face ao enunciado em questão), a modalidade 2 ou epistémica (o sujeito exprime incerteza), a modalidade 3 ou apreciativa (como o próprio nome indica, o enunciador aprecia um determinado assunto) e a modalidade 4 ou intersubjectiva (revela a existência de uma relação entre emissor e receptor, exemplos são ordens, sugestões, entre outros). Cf. Dota, 2007, p. 1-8.

¹⁰ Para melhor compreender a diferenças entre “novo” e “actual” cf., por exemplo, Pena [2005].

Esta busca pela máxima exploração de um tema indicia uma atitude deveras sensacionalista por parte dos diários em questão, pois, e como nos diz Leão Serva, na “busca pela novidade, mesmo velhos fatos devem aparecer vestidos de novos, maquiados para voltar a surpreender” (2001, p. 31).

Quando começaram a ocorrer as primeiras mortes ligadas ao H1N1 no nosso país, os jornais adoptaram estratégias discursivas bastante diferentes na tentativa de captar a atenção do leitor. O *Correio da Manhã* utilizou frequentemente frases e títulos transitivos que apresentaram o vírus H1N1 como um agente causador de uma determinada consequência (morte), representando-o, por isso, como o factor principal que provocou a morte dos sujeitos. Ora, este ponto de vista nem sempre foi partilhado pelas fontes dos artigos. Assim, notamos que, por vezes, as fontes tiveram tendência para apresentar estas mortes como o resultado de um conjunto de factores, geralmente da conjugação de uma doença crónica ou fragilidade ao nível da saúde com o vírus da gripe A, sendo este apenas um adjuvante e não o causador da fatalidade. Observemos, neste sentido, o seguinte quadro:

QUADRO 4 – Discurso Primário vs. Discurso Secundário no *Correio da Manhã*

	Discurso Primário	Discurso Secundário
<i>Gripe A mata primeiro doente no Porto</i> , 24 Setembro 2000, Capa	“Gripe A mata primeiro doente no Porto.”	“No entanto, a Ministra da Saúde, Ana Jorge, ressaltou que não é possível ainda confirmar que a causa directa da morte do doente tenha sido o vírus da gripe, uma vez que o homem, que fez um transplante renal há 14 anos, sofria de complicações respiratórias e estava com uma infecção bacteriana decorrente da rejeição do rim”
<i>Saúde esconde mortes do H1N1</i> , 24 Novembro 2009, p. 8	“No último fim-de-semana foi registado o número mais elevado de sempre de mortes por gripe A no nosso país.”	“O director clínico do Hospital, Paulo Barbosa, afirmou então que “o doente faleceu de uma infecção bacteriana disseminada, chamada sépsis, e não de gripe A”
<i>Vírus da gripe A matou 16 pessoas</i> , 25 Novembro 2009, p. 17	“Vírus da gripe A matou 16 pessoas.”	“Temos 16 mortes registadas por gripe A. Numa delas, a gripe A não foi a causa da morte, mas a pessoa também a tinha”, afirmou a ministra [da Saúde]”

Resta-nos concluir que, nestas situações em específico, o discurso primário, mais alarmista, se sobrepôs ao discurso secundário, em certa medida, mais apaziguador.

O *Público*, por sua vez, não abandonou o estilo utilizado na enunciação do crescente número de infectados no nosso país e voltou, na referência ao número de mortos ocorridos em Portugal, a enumerar e sobrelexicalizar toda a situação: “Segunda vítima”, “Primeiro caso mortal em crianças”, “Portugal soma seis mortes”, entre outras expressões utilizadas.

A forma como os jornais representaram as medidas do Governo ou de instâncias oficiais também é digna de nota:

“O Ministério da Saúde vai comprar ‘vários milhões’ de máscaras e reforçar *stocks* de retrovirais para enfrentar um eventual surto de gripe A. O Governo desdramatiza a situação e mantém o apelo à calma, mas continua a reforçar os meios de resposta disponíveis” [Saúde compra ‘vários milhões’ de máscaras. *Público*, 1 Maio 2009, Capa].

“Margaret Chan, directora-geral da Organização Mundial de Saúde (OMS), explica que se trata de ‘uma pandemia moderada’ e que um maior nível de alerta pandémico não significa que possa existir um vírus mais perigoso ou que muita gente vai ficar gravemente doente com a gripe A. Contudo, a rapidez de propagação do vírus é grande: ontem contabilizavam-se 28774 casos confirmados, com 144 mortes, em 74 países” [Já morreram 144 pessoas. *Correio da Manhã*, 12 Junho 2009, p. 15].

Estas orações assertivas de construção antagónica, em conjunto com a repetição constante de elementos discursivos e estatísticos que demonstravam a rápida proliferação do vírus, que apresentava números cada vez mais elevados de infectados e de mortos por todo o mundo, e o uso de fotografias dos membros do Governo e de altas entidades de saúde com expressões carregadas (como podemos confirmar através da *Fotografia 8*) são os responsáveis pela criação de uma imagem de medo e insegurança dos membros do Governo e das entidades de saúde face à proliferação do vírus H1N1.

Fotografia 8 – Expressão Preocupada dos Membros do Governo e Representantes de Entidades de Saúde



Posteriormente, notamos uma tendência para fazer o seguimento de diversos casos de gripe A nas escolas. Esta parte da cobertura mediática caracterizou-se por uma lexicalização numérica e pelo recurso ao advérbio de intensidade “mais”: “Metade dos infectados com gripe A são crianças e jovens em idade escolar” (*Público*, 5 Novembro 2009, p. 6), “Entre 200 a 300 escolas têm casos confirmados de gripe A e vão aumentar” (*Público*, 6 Novembro 2009, p. 14), “Três casos de gripe A na melhor escola do País” (*Correio da Manhã*, 21 Outubro 2009, p. 4), “Gripe A em mais escolas” (*Correio da Manhã*, 26 Novembro 2009, p. 20). De destacar é ainda o uso de imagens de crianças ou de elementos que nos remetem para o seu “mundo”, por exemplo salas de aulas, como podemos comprovar através dos seguintes exemplos:

FOTOGRAFIA 6 – *Correio da Manhã*, 26 Novembro 2009, p. 20



FOTOGRAFIA 7 – *Público*, Setembro 2009, p. 10



Nelas, torna-se nítido o contraste entre a inocência da infância e a amargura da doença, sendo as máscaras o símbolo da gripe A e as crianças o significante da ingenuidade. Convém não nos esquecermos, como nos diz John Langer, que as crianças são as protagonistas ideais das chamadas “victim stories” (1996, pp. 113-129).

Outro dos temas explorados pelos jornais foi a iminência da pandemia vs. a chegada tardia de um meio eficaz para combater a doença. Com o passar do tempo, os *media* foram alimentando este medo crescente, que, com a proliferação do vírus e com o aumento do número de vítimas, se tornou quase insustentável. Quando as vacinas começaram a ser testadas e produzidas,

os jornais passaram então a dar importância à pré-reserva que os governos estavam a fazer das mesmas. No *Público* notámos uma comparação constante entre o que se estava a passar no estrangeiro e o que estava a ser decidido no nosso país. A pré-reserva foi mesmo transformada numa grande competição entre países, uma corrida para ver quem chegava primeiro e quem conseguia mais encomendas: “Portugal está a ponderar se deve ou não fazer uma pré-reserva de vacinas para a nova gripe pandémica. [...] alguns países já estão a fazer pré-reservas da nova vacina para a gripe A” (Portugal prepara-se para fazer pré-reserva de vacinas para a nova gripe. *Público*, 2 Junho 2009, p. 6), “Portugal ainda não fez pré-reservas de vacinas contra a nova gripe, como já aconteceu com outros países” (Portugal está ‘perfeitamente preparado’ para enfrentar pandemia de nova gripe, assegura ministra da Saúde. *Público*, 14 Junho 2009, p. 8). Nesta disputa, o nosso país foi sempre apresentado como um dos últimos concorrentes a atravessar a linha de chegada. Com o passar do tempo esta questão tornou-se num assunto absolutamente fulcral para os dois jornais. Ambos apresentaram continuamente uma construção antitética que opôs a chegada tardia das vacinas à situação cada vez mais preocupante da proliferação do vírus. Realçamos dois exemplos ilustrativos: “A vacina para combater a gripe A só deverá chegar aos países da União Europeia em Dezembro, [...]. Só durante o dia de ontem foram revelados mais seis casos de gripe A em Portugal” (Vacina para a gripe A chega em Dezembro. *Correio da Manhã*, 7 Julho 2009, p. 19); “Há boas e más perspectivas no mundo da gripe A H1N1. Se, por um lado, a vacina parece estar mais perto com o avanço dos ensaios clínicos em humanos que começaram na Austrália, por outro, a gripe deverá piorar em breve” (Vacina contra a gripe A está a ser testada em humanos na Austrália. *Público*, 23 Julho 2009, p. 14). A dictização temporal – o *depois* vs. o *agora* – ajuda na composição de um cenário cada vez mais preocupante.

Posteriormente, num contexto social e económico cada vez mais complexo, começaram a surgir rumores sobre a falta de fiabilidade da vacina que estava a ser produzida. Os jornais deram mesmo conta de uma “hipotética ligação [da vacina da gripe A] com uma rara doença neurológica, a síndrome de Guillan-Barré” (EUA vão investigar efeitos secundários da vacina da gripe A. *Público*, 17 Setembro 2009, p. 22). Uma vez mais um conjunto de notícias foi produzido com base na pura especulação. Enquanto o *Correio da Manhã* asseverava “novas vacinas sem ensaios” (*Correio da Manhã*, 7 Agosto 2009, p. 4), para logo de seguida se servir da modalização hipotética que, mesmo assim, não retirava preocupação ao enunciado: “a pressão do tempo pode levar a que

etapas na produção da vacina não sejam cumpridas, abreviando-se a segurança demonstrada nos ensaios clínicos” (*Correio da Manhã*, 7 Agosto 2009, p. 4), o *Público* recorria a perguntas de retórica com o intuito de chamar a atenção dos leitores para o pouco que se sabia sobre as novas vacinas: “É preciso uma ou duas doses da vacina contra a gripe A H1N1 para garantir uma imunização? A vacina é mesmo eficaz? Há efeitos secundários? É segura para as crianças? Não há risco, se tomarmos também a vacina para a gripe sazonal? Os processos de aprovação destes produtos não estão a ser rápidos demais?” (OMS garante que a vacina da gripe A é segura mas pede vigilância apertada. *Público*, 7 Agosto 2009, p. 18). Esta situação leva-nos a questionar se o jornal *Público* não terá, de alguma forma, assumido a *vox populi*, fazendo eco dos presumíveis receios dos leitores. A realidade é que os dois jornais recorreram de novo à analepse, mais concretamente ao ano de 1976: “quando mais de 40 milhões de norte-americanos foram imunizados contra um novo vírus da gripe suína e surgiram centenas de casos de uma rara doença neurológica (síndrome de Guillan-Barré), 25 dos quais fatais” (Portugueses vão observar efeitos adversos da vacinação contra a gripe A na população dos EUA e Reino Unido. *Público*, 18 Setembro 2009, p. 14), ou seja, “morreram mais pessoas devido à vacinação do que devido à gripe” (Vacina da gripe A pode ser fatal. *Correio da Manhã*, 17 Setembro 2009, p. 16). Logo, a tão esperada “arma” contra o “monstro” H1N1, aos poucos começou a ser tida mais como uma ameaça para os humanos do que como uma benesse.

Quando as vacinas finalmente chegaram a Portugal, este clima de dúvida, incerteza e medo parecia ter-se dissipado. No entanto, foram precisas apenas umas semanas para que o terror se instalasse novamente nas páginas dos jornais. A 16 de Novembro, o *Público* dava já conta da morte de um feto que não apresentava quaisquer tipos de problemas antes da toma da vacina por parte da grávida. A este seguiram-se mais alguns casos semelhantes. Através de uma ampla utilização da transitividade, ao nível dos títulos, os dois jornais criaram de imediato uma ligação de causalidade óbvia entre a toma da vacina e a morte fetal. No *Correio da Manhã* podemos ler: “Segunda grávida vacinada perde bebé” (18 Novembro 2009, p. 17), “Mais uma grávida perde o bebé” (19 Novembro 2009, p. 26), sendo este antecedido pelo antetítulo “Mulher de 27 anos foi vacinada contra a gripe A no início do mês” (19 Novembro 2009, p. 26); já no *Público* contamos com os seguintes títulos: “Grávida perde bebé depois de ser vacinada contra gripe A” (16 Novembro 2009, p. 9) e “Gripe A: grávida recém-vacinada perde feto às 34 semanas” (18 Novembro 2009, p. 12).

De referir também o uso frequente de modalização assertiva que ajudou a acentuar a relação de causalidade entre a toma da vacina e a morte dos fetos; exemplos disso são:

“O relatório provisório da autópsia ao feto que morreu com 34 semanas depois da mãe ter sido vacinada” (Autópsia inconclusiva sobre a morte de Margarida. *Correio da Manhã*, 17 Novembro 2009, p. 9).

“Uma grávida de 34 semanas perdeu o bebé no sábado, três dias depois de ter sido vacinada contra a gripe H1N1” (Grávida perde bebé depois de ser vacinada contra gripe A. *Público*, 16 Novembro 2009, p. 9).

Por vezes, nas notícias parecem existir duas vozes antagónicas, por um lado, a do jornalista que realça a ocorrência das mortes após a toma da vacina, por outro, a das fontes (Ministério da Saúde e alguns médicos) que, pelo contrário, referem que as mortes fetais são perfeitamente normais e que em nada podem ser associadas à vacinação contra a gripe A¹¹.

Por outro lado, o grau de narrativização por parte dos dois diários foi elevado, o que permitiu que os leitores entrassem em contacto mais directo com as histórias pessoais em questão, adensando-se assim o clima de dramatismo em torno das mesmas. Este foi ainda realçado através da referência aos fetos como bebés, sendo que o *Correio da Manhã* chegou mesmo a referenciar o nome que este teria quando nascesse (Autópsia inconclusiva sobre a morte de Margarida. 17 Setembro 2009, p. 9). A par deste caso, há ainda a salientar a utilização frequente de imagens de mulheres grávidas, de barrigas de grávidas e até mesmo de uma ecografia; recorrência a analepses constantes que nos fazem recuar até ao caso anterior de morte fetal e que pretendem realçar o aspecto estatístico dos acontecimentos.

Perante esta construção discursiva dos acontecimentos, dir-se-ia que ambos os jornais contribuíram para uma total descredibilização das vacinas no nosso país e para o acentuar do clima de catástrofe prestes a ocorrer em todo o mundo.

Relativamente aos enquadramentos mais frequentes nesta cobertura noticiosa há ainda a salientar, para além do catastrofista, que percorreu todo o discurso jornalístico, como já vimos, os enquadramentos: sociocomportamental e económico.

¹¹ “João Branco, director da Maternidade Alfredo da Costa, garantiu ao CM que ‘vai continuar a haver fetos mortos em Portugal’, reforçando a ideia de que não há relação entre as mortes e a vacinação” (Segunda grávida perde bebé, *Correio da Manhã*, 18 Novembro 2009:17), “Luís Graça insistiu que todos os anos ocorrem 300 a 350 casos de morte fetal tardia, pelo que acredita que não passa de uma ‘coincidência sem qualquer relação de causa-efeito’ e que poderá ter tendência a aumentar, visto que a cada dia são vacinadas mais grávidas” (Gripe A: Grávida recém-vacinada perde feto às 34 semanas. *Público*, 18 Novembro 2009, p. 12).

Enquadramento Sociocomportamental

Ao longo dos meses foram referenciadas diversas situações em que a vida social foi abruptamente alterada pelo surgimento da gripe A. Os primeiros exemplos remontam ao México, local onde tudo teve início. Verificamos, portanto, nas páginas dos dois jornais enumerações contínuas relativas às mudanças ocorridas naquele país: “anda tudo com máscaras na cara, as igrejas não abriram, o futebol foi à porta fechada. Até 6 de Maio as escolas e universidades vão estar fechadas” (Turistas doentes não saem de casa. *Correio da Manhã*, 27 Abril 2009, p. 4), “Ruas semidesertas, restaurantes sem clientelas, parques sem famílias nem crianças a brincar, teatros temporariamente encerrados, locais de atracção turística fechados por ordem das autoridades de saúde” (Quando uma cidade de 22 milhões ficou deserta. *Público*, 28 Abril 2009, p. 4). Este discurso de carácter generalizante permitiu representar o México como uma cidade fantasma, onde o caos imperava.

À medida que o vírus alastrava, registava-se um crescimento do número de artigos que visavam apresentar as medidas de prevenção tomadas por cada país. Desta forma, foram enunciadas nas páginas dos jornais amplas reservas de medicamentos e máscaras, paragem da execução de voos para destinos específicos onde a gripe estava a ter maior impacto, encerramento de edifícios, cancelamento da importação de carne de porco do México, entre outras precauções tomadas.

Neste contexto, assume particular relevância, a referência ao *Ensaio sobre a Cegueira*, de José Saramago. Foi um jornalista que se referiu a esta obra devido ao facto de a população mexicana se ver forçada a estar maioritariamente em casa: “o aluguer de DVD disparou, com o filme *Ensaio sobre a Cegueira*, adaptação do romance de Saramago sobre uma epidemia misteriosa que deixa as pessoas sem visão no topo das preferências, segundo a imprensa” (Quando uma cidade de 22 milhões ficou deserta. 28 Abril 2009, p. 4). A referência a esta obra não foi de todo inocente por parte do jornalista. Ela retrata uma epidemia de cegueira branca que afecta toda uma cidade, levando os cidadãos a regressar às origens, isto é, a um mundo animalesco onde se perdem valores sociais e se ganha de novo um espírito selvagem de luta pela sobrevivência. Se tivermos em consideração esta pequena síntese, podemos compreender o alcance ideológico do valor da intertextualidade presente no artigo do *Público*.

Regressando novamente às enumerações contínuas respeitantes às medidas de prevenção tomadas por países estrangeiros, estas traziam consigo

uma intenção implícita: a de comparar o que estava a ser realizado em Portugal com o que estava a ser feito nos restantes países. Estas confrontações são susceptíveis de levantar no público diversas dúvidas quanto ao papel desempenhado pelo Governo português: será que este estava a tomar as melhores decisões? Ou estava apenas a atrasar-nos nas medidas de prevenção, potenciando uma entrada fugaz do mortífero vírus no nosso país? Tendo em consideração estas oposições podemos afirmar a existência de uma certa dictização do discurso. Assim, observamos nos exemplos atrás referidos a oposição entre o “aqui” (Portugal) e o “lá”, “ali”, “acolá” (os outros países). Os jornais pareciam mesmo querer mostrar uma antítese: o frenesim vivido em todo o mundo vs. a calma e falta de medidas tomadas por Portugal.

Em conjunto com estas incertezas, eram publicadas dia após dia fotografias que exibiam pessoas a usar máscara de protecção. Este objecto parecia ter começado a fazer parte de qualquer actividade humana, como fumar um cigarro (*Público*, 10 Julho 2009, p. 6), servir à mesa num restaurante (*Correio da Manhã*, 4 Julho 2009, p. 19), dar um beijo ao(a) nosso(a) companheiro(a) (*Público*, 10 Junho 2009, p. 10). Assim, foi criada uma imagem de ansiedade generalizada, que acabou eventualmente por conduzir a uma compra compulsiva de máscaras e de outros produtos que garantissem um mínimo de protecção aos portugueses face a esta nova ameaça.

Enquadramento Económico

Neste patamar encontramos diversos artigos que nos revelam o impacto que a gripe A estava a ter nos comportamentos de consumo da população portuguesa, nomeadamente no que respeita à compra de antivirais e de máscaras: “Vírus faz subir vendas” (*Correio da Manhã*, 5 Junho 2009, p. 16), e vendas de quê? De produtos desinfectantes “com vista à eliminação do vírus da gripe A” (*Correio da Manhã*, 5 Junho 2009, p. 16). Ao contrário do que possa parecer, este tipo de abordagem, apesar de revelar o clima vivido, não adiciona dramatismo à situação, servindo como uma espécie de balanço para o pânico social que poderia estar a ser criado devido à forma como foi abordada a temática da gripe A.

O mesmo já não se poderá dizer do conjunto de artigos que visavam apresentar o impacto que o vírus H1N1 estaria a ter ao nível das economias mundiais. Assim, confirmamos a existência de títulos como “Rumsfeld lucrou milhões com o Tamiflu” (*Correio da Manhã*, 28 Abril 2009, p. 6), “Gripe afunda bolsas mundiais” (*Correio da Manhã*, 28 Abril 2009, p. 6), “Boas notícias só

para as farmacêuticas” (*Público*, 28 Abril 2009, p. 4) e “Banca e gripe assustam investidores” (*Público*, 29 Abril 2009, p. 3). Foram ainda salientados os vários milhões de euros gastos em todo o mundo para procurar travar o, tantas vezes, aclamado vírus letal, numa atitude algo crítica da actuação da OMS. Deste modo, podemos encontrar orações de carácter assertivo que nos apresentam os valores despendidos com esta pandemia: “Portugal gastou 45 milhões de euros na compra de três milhões de vacinas, suficientes para vacinar cerca de seis milhões de pessoas” (OMS nega pressão dos laboratórios. *Correio da Manhã*, 26 Janeiro 2010, p. 19), “Há quem calcule que o gasto [todos os custos com a doença] já ascende a 67 milhões de euros” (A OMS sai muito chamuscada desta situação. *Público*, 24 Novembro 2009, p. 11).

Se tivermos em consideração que neste momento o mundo se encontrava numa profunda crise económica, onde o desemprego era líder, o aumento do custo de vida era crescente e a ampliação da camada mais pobre da população era uma constante, notícias como estas, que demonstravam que a situação apenas poderia ficar pior, ajudaram na construção de uma profunda ansiedade social. Assim, assistimos a uma justaposição de duas crises: de saúde e económica, o que mais uma vez nos remete para a abordagem trágica, melodramática do tema levada a cabo pelos meios de comunicação social.

CONCLUSÃO

Nos dias que correm nada podemos fazer para nos protegermos das notícias que a cada instante teimam em entrar nas nossas casas sem serem convidadas. Somos vítimas do sistema mediático que à nossa volta construímos. Assim, para onde quer que olhemos, para onde quer que corramos, vemo-nos rodeados de informações e notícias, contadas mediante uma dada perspectiva que irá certamente moldar-nos. Somos cada vez mais o produto da digestão informativa que realizamos, isto é, a maneira como encaramos o mundo está, em grande medida, dependente da forma como interpretamos as mensagens informativas que diariamente nos chegam. Porém, o ser humano constituiu-se como uma audiência activa, o que determina que, apesar de poder ser influenciado pelo que é apresentado nos meios de comunicação social, tem a capacidade de interpretar por si próprio e de escolher o que quer ou não que faça parte da sua pessoa. No entanto, existem temas dos quais não podemos refugiar-nos, um exemplo disso foi o vírus H1N1.

Assim, há relativamente pouco tempo, vimos o nosso quotidiano ser inundado de notícias e recomendações relativas a um vírus sobre o qual pareciam

existir muitas interrogações e poucas certezas. No dia 25 de Abril de 2009 não caía uma ditadura em Portugal, mas a sociedade, tal como a conhecemos, ameaçava ruir. Portugal e o resto do mundo encontravam-se sob uma ameaça latente, que apresentava promessas de destruição de um conjunto considerável de vidas humanas e de transformação completa do sentido dado às relações interpessoais. Foi este o retrato da realidade que os meios de comunicação social construíram durante meses a fio. No entanto, e apesar do cenário negro por eles tantas vezes anunciado, o correr do tempo revelou-nos a existência de um vírus bem menos perigoso e mortífero que o especulado. O número de vítimas não atingiu minimamente os valores esperados e, em pouco menos do que um ano, o assunto parecia resolvido. Mas afinal como caracterizar esta atitude dos *media*, nomeadamente do *Correio da Manhã* e do *Público*?

Actualmente, os meios de comunicação social parecem funcionar cada vez mais numa lógica de mercado, não estivéssemos nós a falar de empresas que necessitam de lucro para sobreviver. Se tivermos em consideração a área da informação, em concreto, notamos uma tendência crescente para o seguimento de histórias dramáticas ou que apelam, de alguma forma, ao sentimentalismo dos receptores (a criação de medos, inseguranças, compaixões, entre outros). São estas que melhor cativam o interesse do público, já que, como afirmam John Pungente e Martin O'Malley, "if it bleeds it leads" (*apud* O'Donnel, 2007, p. 63). Assim, muitas vezes assistimos a uma hipermediatização dos conteúdos noticiosos. Se pararmos para pensar, encontramos mesmo diversos exemplos bem ilustrativos desta realidade: a queda da ponte de Entre-os-Rios, a morte de Mickael Jackson, o desaparecimento de Maddie McCann ou o encerramento do caso Casa Pia, entre muitos outros casos. Em certas situações, como nos diz Mário Mesquita, houve quase um "esticar a tragédia, numa lógica de folhetim em episódios, até à exaustão necrófila" (2004, p. 53).

Assim, e tendo em consideração a cobertura mediática da gripe A atrás descrita, questionemo-nos: quão diferente foi o tratamento jornalístico dado ao vírus H1N1 em comparação com o que foi realizado nos exemplos atrás mencionados? Quão "esticada" foi a tragédia nesta situação específica? Quão sensacionalistas e alarmistas foram afinal de contas o jornal *Correio da Manhã* e *Público* durante a cobertura mediática daquela que foi classificada como a primeira pandemia do século XXI?

Os resultados do nosso estudo aqui apresentados apontam para o facto de o *Correio da Manhã* e o *Público* terem tentado constantemente dar a conhe-

cer ao público um conjunto de aspectos científicos da realidade vivida, o que podia ter-se constituído como uma mais-valia para a população, mas tal não se verificou, pois, na verdade, os enunciados criados pelos jornais não passaram de pseudo-científicos. O rigor da informação foi variadas vezes posto em causa e a espectacularidade e a deformação da realidade tomaram conta de muitos dos relatos. No meio de uma guerra por leitores, os jornais, em vez de informarem, desinformaram inúmeras vezes. Parece quase uma antítese o que afirmamos, tendo em consideração o vasto número de artigos noticiosos que foram publicados. Contudo, tomando em atenção a quantidade de informações que posteriormente se revelaram falsas ou que careciam de fundamentação sólida talvez já não pareça tão estranho o que afirmamos. Quando nos referimos a estas informações falsas ou assentes em mera especulação, estamos obviamente a referir-nos a situações como, por exemplo, a letalidade generalizada do vírus, a extensão e impacto deste na vida social, o carácter perigoso das vacinas, o impacto do vírus e das medidas de prevenção adoptadas relativamente à saúde mental das crianças, entre outras. Temos, contudo, consciência de que não são unicamente os jornalistas os geradores de conteúdos informativos, tendo esta situação uma especial importância ao nível dos artigos de saúde, nos quais os profissionais dos *media* estão ainda mais dependentes das fontes. Logo, os responsáveis por estes relatos exagerados não foram somente os jornalistas, mas também muitas das fontes a que estes recorreram. Porém, perguntamo-nos: não poderiam os jornalistas ter dado mais relevo a todas as outras fontes que apresentavam cenários menos catastróficos (e que, de resto, nos pareceram em maior número – OMS, Ministério da Saúde português e diversos especialistas) e ter mesmo assim conseguido realizar a sua missão de informar o público do perigo que parecia estar iminente? Relembremos, neste contexto, as palavras de Goulart:

“«Las noticias como espectáculo» ahora dominan en las secuencias iniciales de los informativos [...] pero el uso excesivo del «impacto espectacular» como el criterio principal que gobierna la construcción de los informativos, y sobre todo sus noticias iniciales, en vez de estar tratadas como noticias nos llevan sobre todo al «ámbito de la dirección escénica» de la «dramatización» en detrimento del «análisis y reflexión»” (*apud* O’Donnel, 2007, p. 65)¹².

O *Público* foi, contudo, o jornal que mais nos surpreendeu, devido à linha editorial a que nos habituou. O próprio defende “o rigor de uma informação completa e fundamentada — sobre factos e não sobre rumores —, a imparciali-

¹² A citação original refere-se especificamente ao universo televisivo.

dade da atitude jornalística, a correcção, clareza e concisão da escrita”¹³, determinando que se trata “apenas de reconhecer que o jornalista que por dever de consciência assume um papel de actor sobre determinado assunto perde, perante os seus leitores e as fontes de informação, a isenção com que deveria por eles ser encarado”¹⁴. No entanto, no nosso entender, o objectivo de total isenção não foi de todo atingido no caso do seguimento jornalístico concedido ao vírus H1N1. Os resultados da nossa análise indicam uma sobreposição da tentação do lucro ao desejo de apresentação de dados rigorosos e fundamentados. Ou então, não teríamos nós, neste momento, a noção de que a pandemia de gripe A constituiu um enorme exagero mediático, fruto do receio que o homem tem do desconhecido e da necessidade de este se antecipar a cenários caóticos.

Não queremos, no entanto, afirmar que o papel desempenhado pelos meios de comunicação social durante a pandemia de gripe A tenha sido pouco útil, muito pelo contrário. Os *media* tiveram nesta situação, como na maioria dos casos que envolvem perigo para o ser humano, uma importância fulcral. Eles funcionam como agentes de alerta rápido e eficaz, permitindo que a população entre em contacto com realidades que de outra forma seriam de difícil acesso à maioria de nós, na medida em que muitas delas são de foro científico. O que criticamos, isso sim, é a forma como este alerta foi dado no caso da gripe A, com uma quase “explosão” de conteúdos informativos ocorrida em torno de um assunto susceptível de causar uma onda de pânico generalizado.

Concluindo, este estudo permitiu demonstrar que, sem sombra de dúvida, todas as notícias exibidas por qualquer órgão de comunicação social, de estilo editorial mais assumidamente sensacionalista ou não, são produto de uma construção discursiva de natureza ideológica. Isto ocorre, pois todas elas são mediadas. O acto de mediar e/ou o de narrar, para além de todos os constrangimentos de ordem contextual, comporta já em si uma visão própria do mundo. Assim, qualquer notícia é uma escolha. Qualquer escolha conduz a uma determinada visão do mundo. Desta forma, é importante realizar estudos como este, que demonstrem a janela pouco límpida que os meios de comunicação social são para o mundo que nos rodeia. Apenas assim será possível constituirmos um público cada vez mais consciente dos perigos inerentes à manipulação mediática, uma vez que “those who cannot remember the past are condemned to repeat it” (Santanaya *apud* Bartholomew e Evans, 2004, p. 180).

¹³ Cf. *Livro de Estilo do Público*, 1998. Disponível em <http://static.publico.clix.pt/nos/livro_estilo/04-introducao.html> [Consult. 14 Agosto 2010].

¹⁴ Cf. *Livro de Estilo do Público*, 1998. Disponível em <http://static.publico.clix.pt/nos/livro_estilo/06-principios-n.html> [Consult. 14 Agosto 2010].

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Associação Portuguesa para o Controlo de Tiragem e Circulação. [Internet] Disponível em <http://www.apct.pt/homepage_00.aspx?indice=1> [Consult. 1 Fevereiro 2010].
- BARTHOLOMEW, Robert & EVANS, Hillary (2004) *Panic Attacks: Media Manipulation and Mass Delusion*, Stroud, Sutton Publishing.
- BOWIE, Malcolm (1993) *Lacan*, London, Harvard University Press.
- CARVALHO, Anabela (2000) *Opções Metodológicas em Análise de Discurso: Instrumentos, Pressupostos e Implicações*. [Internet] Disponível em <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5520/1/CS_vol2_acarvalho_p143-156.pdf> [Consult. 1 Janeiro 2010].
- DIAS, Maria do Rosário (2005) *Serão os Mass Media Estratégias de Saúde?*, Lisboa, Climepsi Editores.
- DOTA, Maria (2007) *Modalidade: Um Instrumento para Análise e Leitura de Textos da Mídia*. [Internet] Disponível em <<http://www.gel.org.br/estudoslinguisticos/edicoesanteriores/4publica-estudos-2007/sistema06/37.PDF>> [Consult. 24 Setembro 2010].
- GONÇALVES, Telmo (2005) Os Temas da Guerra: Estudo Exploratório sobre o Enquadramento Temático da Guerra do Iraque na Televisão. *Comunicação Pública*, n.º 1, vol. 1, pp. 9-26.
- JÄGER, Siegfried & MAIER, Florentine (2009) Theoretical and Methodological Aspects of Foucauldian Critical Discourse Analysis and Dispositive Analysis. In: Wodak, Rüdith & Meyer, Michael eds. *Methods of Critical Discourse Analysis*, Londres, Sage Publications, pp. 34-61.
- LANGER, John (1996) Truly Awful News on Television. In: Sparks, Peter Dahlgren Collin ed. *Journalism and Popular Culture*, Londres, Sage Publications, pp. 113-129.
- Livro de Estilo do Público* (1998). [Internet] Disponível em <http://static.publico.clix.pt/nos/livro_estilo/04-introducao.html> [Consult. 14 Agosto 2010].
- MESQUITA, Mário (2004) *O Quarto Equívoco*, Coimbra, Minerva Coimbra.
- MORRIS, Pam (ed.) (2009) *The Bakhtin Reader*, Nova Iorque, Bloomsbury USA.
- O'DONNELL, Hugh (2007) *Notícias y Ciudadanía: El Telespectador, el Poder y el Debate Público*, Madrid, Ediciones de La Torre.
- PENA, Filipe (2005) *Teoria do Jornalismo*. [Internet] Disponível em <http://books.google.pt/books?id=-erShcNkUyWC&pg=PA22&dq=o+homem+e+o+medo+do+desconhecido&hl=pt-PT&ei=0S47TIWgHdO6jAeBrcT-Aw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=6&ved=0CEgQ6AEwBQ#v=onepage&q&f=false> [Consult. 1 Julho 2010].
- REIS, Carlos & LOPES, Ana (1991) *Dicionário de Narratologia*, Coimbra, Almedina.
- RICHARDSON, John (2007) *Analysing Newspapers: An Approach from Critical Discourse Analysis*, Nova Iorque, Palgrave Macmillan.
- SANTOS, Hália [s/d] *As Opções de Primeira Página de dois Diários de Referência em dois Momentos Cruciais da Vida Política*. [Internet] Disponível em <<http://www.bocc.ubi.pt/pag/santos-halia-opcoes-primeira-pagina-dois-diarios-referencia.pdf>> [Consult. 1 Maio 2010].
- SERRANO, Estrela (2006) *Jornalismo Político em Portugal*, Lisboa, Edições Colibri.
- SERVA, Leão (2001) *Jornalismo e Desinformação*. [Internet] Disponível em <http://books.google.pt/books?id=bL8k39UatjUC&pg=RA1-PA31&dq=jornalismo+%C3%A9+novidade&hl=pt-PT&ei=HGdRTIG5G4P04gaLvqXFAw&sa=X&oi=book_result&ct=result&resnum=4&ved=0CDsQ6AEwAzgK#v=onepage&q=jornalismo%20%C3%A9%20novidade&f=false>, p. 50 [Consult. 1 Julho 2010].
- ZELIZER, Barbie (2004) *Taking Journalism Seriously*, Londres, Sage Publications.